

CONSIDERAÇÕES COM TOM RETÓRICO EM TORNO DE ASPECTOS ETNOLÓGICOS, HISTÓRICOS E ESTÉTICOS DA ISEGORIA

Fernando da Silveira

INTRODUÇÃO

Paradoxalmente, a isegoria, exercício democrático levado a efeito em reuniões decisórias realizadas hodiernamente pelas lúcidas esferas sociais do mundo em intenso processo de globalização e mais que nunca imbuídas da vocação universalista a conduzir a ideia do espaço público além dos limites nacionais, é uma criação dos gregos da Antiguidade, povo então, segundo a opinião abalizada de Billier e Maryioli, intensamente voltado para as suas cidades-estados. Estes dois autores da respeitável “História da Filosofia do Direito” são taxativos:

“Os gregos foram homens da polis, ou melhor, de uma miríade de cidades: eles eram atenienses ou espartanos, e muito frequentemente, com exceção dos estoicos e de alguns sofistas, gregos antes de serem homens” (Billier, Maryioli, 2005, p. 100).

É, na verdade, plausível que os gregos da Antiguidade estivessem voltados para o âmago do solo em que nasceram, pois, afinal, foram eles que inventaram Antaios, filho de Poseidon e Gé, personagem mitológico, cuja invencibilidade estava calcada nas incontrastáveis forças telúricas. Fortemente apaixonados pelo torrão natal, autóctones, por excelência, jactavam-se, pelo menos num determinado momento histórico, em ter entre eles a figura imensa de Péricles, cujo nome marcou o século em que viveu e que pode figurar como um dos mais notáveis heróis da autoctonia, pois defendeu, arduamente, contra tudo e contra todos os interesses de Atenas nem sempre honestos. O que espanta é que esse mesmo povo propiciou ao mundo homens de olhar tão abrangente, que foram capazes pelas vias filosófica e artística de destrinchar o verdadeiro perfil do ser humano. E a melhor forma de lidar com ele. A explicação possível para tal paradoxo é que os gregos eram autóctones como gregos e universalistas como homens.

A história nos revela que um número expressivo de criaturas iluminadas, intrinsecamente homens, embora revestidas da condição de gregos, sendo grandes navegadores e notáveis comerciantes, entraram em contato com outros povos e outras culturas, levando-os pela sua aguda inteligência a identificar o verdadeiro perfil do ser humano e aprender como lidar com o surpreendente e espantoso bípede depenado do planeta Terra. E esse aprendizado que eles aprimoraram no interior de suas cidades-estados em construção, foi que lhes deu a possibilidade de ficarem amalgamados, como se estivessem tornado partes integrantes de um bloco de granito. Coesão que os fizeram sentir aptos para sem medo exercerem a cidadania. Em suma, construíram a democracia pelo caminho da isegoria que, segundo o célebre Dictionnaire-GrecFrançais de Anatole Bailly, é um conceito que está relacionado à plena liberdade de falar nas assem-

bleias. Poder-se-ia ainda dizer que é joia a brilhar, na medida em que se coloquem todos os participantes do debate travado no mesmo patamar de igualdade. É a nobilíssima aceitação preliminar pelos debatedores de seguros limites para que o debate seja conduzido civilizadamente. Enfim, é a cerca florida de freios éticos que, longe de nos deterem, nos fazem avançar e nos libertam.

Isegoria! Palavra possivelmente rotineira nas esferas letradas, bem como nos círculos dos que não a conhecem pelo nome, porém a praticam movidos pela educação aprimorada e pelo respeito mútuo. Conceito academicamente aceito como oriundo da democracia grega, pois foi nas assembleias dos cidadãos, na Eclésia, onde se discutiam os assuntos da polis, que os atenienses viram brotar a edelvais libertária. Não é por acaso que essa planta ornamental de flores alvas em forma de estrela e própria de grandes altitudes vicejou no ponto culminante da civilização helênica, onde o espírito humano alçou a tal nível, que poderíamos dizer, sem tergiversar, que o Homem daí em diante pôde se ufanar por ter sido tido como ser feito à imagem e semelhança de Deus.

Manhães (1998, p. 31), com muita propriedade, nos mostra como se dava a prática da isegoria:

“Na Assembléia, a decisão ou verdade era proferida pela maioria. Todos votavam com igual valor. Proprietários de terra, general, artesãos, marineiros, agricultores, todos tinham direito a um voto. Todos falam de igual para igual pelo voto. Não há lugar privilegiado para fala de nobres, sacerdotes ou ricos. A persuasão não se dá pelo econômico, pelo prestígio social, mas pela argumentação ou aquilo que pudessem provar. Daí o grande prestígio dos sofistas na época”.

O mundo do direito vai refletir intensamente a luz de tal conquista cidadã. E num jogo de espelhos chega a iluminar o teatro grego. Não é sem razão, pois, que Manhães (op. cit., 34) afirma taxativamente:

“Édipo Rei é uma espécie de resumo da história do direito grego. Muitas peças de Sófocles, como Antígona e como Electra, são uma espécie de ritualização teatral da história do direito. Essa dramatização da história do direito grego nos apresenta um resumo de uma das grandes conquistas da Democracia Ateniense: a história do processo através do qual o povo se apoderou do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que governam”.

Tal conquista cidadã levou os gregos a se ufanarem da condição de gregos. E os atenienses da condição de serem, mais que tudo, atenienses. Frise-se, contudo, que os escravos, que formavam a maioria da população nas cidades gregas, por não serem considerados cidadãos, não participavam das assembleias.

A TRÍADE SOCRÁTICA DA ISEGORIA

Quem leu a “Apologia de Sócrates” de Platão e que guarda mais no coração do que na retentiva os altos voos de espírito atingidos pelos atenienses, melhor do que ninguém entenderá a justeza do arroubo do criador da maiêutica, na ponderação em que exaltou o brilho alcançado pela sua cidade-estado e na dura advertência que fez aos habitantes de Atenas, que ainda não tinham constatado o magnífico nível de sua grandeza. A patriótica ponderação por ele realizada retoricamente tem de plano a forma de um simples lembrete: “Querido Amigo, és um ateniense, és um cidadão da maior e mais famosa cidade do mundo pela sua sabedoria e pelo seu poder” (Bittar, 2004, vii).

Se refletirmos com a devida acuidade sobre a ponderação de Sócrates e se conhecemos a sua biografia, haveremos de concluir que não é o puro saber que encanta o Pai da Filosofia Clássica, mas o saber temperado pelo amor, aquele amor que irradia o Belo e que envolvendo e penetrando o saber o faz brilhar como autêntica sabedoria. E mais: não é o poder da força que seduz o Mestre de Platão, mas o poder da sensibilidade e da inteligência. É antes de tudo o poder da bondade; é o generoso poder da entrega ao próximo, que move os abnegados no exercício do bem e na procura da verdade. É o empenho para realizar aquela revolução interior cujo escopo é nos tornar melhores. Árdua guerra da qual também nos falou, no século XX, como que revivendo o pensamento de Sócrates, o personalista cristão Jacques Maritain. A maiêutica socrática nos fazendo encontrar, de moto próprio, a resposta do que se procura saber, não é um caminho para a vida interior? O “conhece-te a ti mesmo” não seria o seu complemento natural? Saber que não sabe não é um ato de humildade cristã, indo bem além da simples dúvida filosófica? Suportar a violência e não praticá-la não é algo extremamente cristão?

E no tocante à advertência, o tom retórico cede lugar ao impulso dialético para alcançar o coroamento analítico, podendo-se dizer que a sua fala já nos faz vislumbrar a peroração com contornos demonstrativos pela via do debate que insinua dialeticamente. Daí a promessa de fustigar quem colocasse em dúvida o alto patamar alcançado por Atenas. E o fez bradando para um possível desnaturado ateniense: “Interrogá-lo-ei, examiná-lo-ei, refutá-lo-ei”, como se constata nas páginas refulgentes da “Apologia de Sócrates” de Platão. Pode-se dizer também que, nesta advertência, o Pai da Filosofia Clássica enfocou três elementos capitais da isegoria, pois interrogar, examinar e refutar constituem direitos impostergáveis dos que dela se valem para livremente emitir as suas opiniões e defender os seus ideais nas assembleias.

COMO A ISEGORIA CONSTRUIU A DEMOCRACIA

Impõe-se repetir que se costuma entender a isegoria como princípio da igualdade que dá aos participantes das assembleias, nos sistemas democráticos, o direito de sem peias defenderem os seus pontos de vista com altivez e desassombro. Ela seria, assim, fruto da democracia, pois representa exatamente a possibilidade de se resolverem, segundo o comando de regras iguais para todos, as diferenças e divergências existentes numa dada sociedade. E tudo em nome do interesse comum. A democracia seria, assim, a mãe da isegoria. Mais provável é, porém, a hipótese de que foi a isegoria que forjou a democracia. E o fez

pela força incontestável da palavra conjugando o discurso retórico ao dialético. Ah! O poder irresistível do verbo, do logos, no ambiente propício ao debate pelas normas que o conduzem civilizadamente!

Com efeito, a democracia não irrompeu do vácuo, não desabrochou do nada. A sua fonte é aisegoria, que foi a saída racional para se tentar conter o entredevorar dos homens. Exatamente, no momento em que os bípedes depenados verificaram que, em face de constantes carnagens, estavam se autodestruindo. Daí se socorreram com o poder mágico da palavra persuasiva, segundo os limites da boa convivência humana. Impõem-se as reflexões: o que levou o poder dos eleitos dos deuses a se amesquinhar diante da corajosa e poderosa coesão dos que participavam das primeiras manifestações de entendimentos fraternos decorrentes da vizinhança, nas concentrações humanas embrionárias? O que levou a violenta aristocracia do sangue a se render aos comerciantes, que não cultivavam a força física nem a arte militar? Foi o poder mágico da palavra persuasiva aprimorada pelos comerciantes no convívio aconchegante entre vizinhos a interligarem os diversos pontos da esfera privada. Foi mais que tudo o poder deste discurso iluminado, no saudável e fecundo espaço público, onde se desenhava o espírito público. Não se pode negar, porém, que houve escaramuças sangrentas entre os numerosos habitantes das cidades em choque com os clãs aristocráticos sempre engolfados com as lutas internas, que os enfraqueciam. E nem se pode ignorar os momentos em que os dirigentes citadinos, ao conduzirem as cidades-estados e tornando-se irascíveis tiranos, perpetravam os maiores crimes, levando os cidadãos à luta armada. Coelho (2009, p. 01) narra exemplo comovente do que aqui se aborda:

“Na Antiguidade, viveu um homem de nome Zenão, nascido em Eléia. Os registros disponíveis da narrativa de sua morte fazem crer que ele foi um homem dotado de grande força moral. Tendo participado da organização de uma conspiração contra um tirano, foi capturado e submetido à tortura em praça pública, para que delatasse os seus companheiros de insurreição. Como não o fez, acabou sendo morto. Mas o espetáculo de sua tortura, montado para aterrorizar os inimigos do tirano, produziu o efeito inverso. Segundo as crônicas, a extraordinária lealdade e força demonstrada por Zenão, perante a violência brutal que sofria, teria despertado na população a consciência da necessidade de se libertar do tirano, seguindo-se, então, a sua deposição”

Pode-se concluir, segundo as lições do professor Marcos Magalhães Rubinger (1963, p. 10/12), ex-professor da disciplina Antropologia e Etnologia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, que, na verdade, a isegoria, vocábulo por ele não usado, integra sob o prisma etnológico, os sistemas associativos da cultura, vale dizer, é um componente do conjunto de respostas existenciais construído pelos membros da sociedade para resolver o problema do entredevorar humano. Aprendendo a dialogar construtivamente e a respeitar o Outro, na imensa interação cidadina decorrente do agrupamento em pequenos espaços, os habitantes das cidades tornaram-se coesos e fortes. E no empenho da

expansão geográfica com intuito comercial, desencadearam forte mobilidade horizontal no mundo europeu que se autoproclamava civilizado, bem como em certas partes da África do Norte e da Ásia Menor. E, gradativamente, foram impulsionados por essa mobilidade horizontal, que os levou naturalmente a realizar a mobilidade vertical, escalando, assim, a pirâmide sócio-política para arrebatam o poder das elites do sangue e dos herdeiros dos deuses. Já que fecunda construtora do bom senso, a isegoria foi o grande trunfo que os comerciantes atenienses, sobretudo no período clássico, tiveram para o êxito de suas transações, tanto na área comercial quanto na esfera política. Inquestionavelmente, a ela se deve o deslocamento das decisões, que poderiam beneficiar ou prejudicar determinadas sociedades, da esfera particular dos potentes para o espaço público preenchido pelos cidadãos conscientes da importância da cidadania.

Tudo leva a crer que, na Idade Moderna, o instinto de sobrevivência tão forte entre os gregos da Idade Antiga também impulsionou os ingleses do século XVII para impedir que a carnagem, que estava ocorrendo, na primeira fase da Revolução Inglesa, ganhasse proporções ainda mais aterrorizadoras. Faz parte deste contexto o *Leviatã*, obra com que Thomas Hobbes procura explicar a origem do poder estatal, certamente para que os ingleses a ele se submetessem. No seu entendimento, tal poder seria resultado de decisões, em assembleias, quando os seres humanos, em busca da ordem propiciadora da paz, abriram mão voluntariamente de seus poderes, sem nenhum limite para alguém que, uma vez escolhido, ficasse acima e fora do Contrato nelas celebrado, podendo, assim, submeter tudo e todos. Cabendo ao escolhido implantar a segurança para estabelecer a paz colimada. Como se observa, o autor do *Leviatã* não se afastou em suas reflexões daquilo que os gregos intuitivamente conquistaram muitos séculos antes de Cristo.

Mais próxima ainda das assembleias gregas movidas pela isegoria está a tese de outro inglês, o célebre John Locke, segundo a qual os indivíduos só cederiam parte dos seus poderes ao soberano, o que lhes permitiria destituí-lo, se o pacto social não fosse observado. Enfim, o poder era, no fundo, exercido pelos indivíduos que celebraram o pacto social, cabendo-lhes a palavra final ao se reunirem em assembleias. Os ingleses chegaram, em face de tais entendimentos, mais de dois mil anos depois dos gregos, ao plano da organização de assembleias com forte poder decisório. E, mesmo assim, muitos reis da Idade Moderna se achavam ainda dirigentes das nações por vontade de Deus, quer por deslavada sub-repção, quer por obscurantista ranço medieval.

A VITÓRIA SOBRE O MITO

Falar da isegoria é falar do embrião da filosofia, é falar dos primórdios da espantosa revolução do pensamento. É se voltar para a lógica, ciência e arte de raciocinar corretamente. É se encantar com o discurso mítico sendo minado pelo discurso racional, na arrancada do homem em busca do saber e da melhor forma de convívio social para operar o bem comum. Na verdade, o discurso mítico, ainda que pando de beleza, como ocorria no mundo grego, tanto amedrontava quanto afrontava os seres humanos com as suas maldições, como se constata em Édipo, imortal tragédia de Sófocles. E pelo seu poder aterrorizador, tornou-se forte barreira para a aceitação do discurso dos pensadores, nos albos da filosofia. E, adiante,

custou a ser banido dos próprios arraiais filosóficos, como ocorreu, por exemplo, nos redutos da Escola Pitagórica, pois o pitagorismo não conseguiu facilmente livrar-se do orfismo e dos mistérios de Elêusis.

A filosofia, ao contrário da concepção mítica do mundo, é infensa ao dogma. Disso decorre o amor dos filósofos pelo confronto de opiniões, pelas divergências intelectuais. Tudo amparado num saudável clima de liberdade e respeito mútuo, razão pela qual Aristóteles, ao discordar de Platão, ter afirmado enfaticamente que não deixou de ser seu amigo. Ainda ressoam as suas palavras, mesmo vindas pela via latina: “AmicusPlatosedmagisamicaveritas” (Durant, 1956, p. 76). Os filósofos sempre tiveram consciência de que os debates livres elucidam. Quando os falantes têm no diálogo os mesmos direitos (isegoria), podendo livremente interrogar, questionar, contra argumentar e exigir provas do que se afirma é de fato algo verdadeiro ou ao menos verossímil, o edifício mítico, apesar de sua beleza e do medo que desperta, fica abalado. É curioso, que não foram os homens que se quedavam a pensar, sem qualquer objetivo prático imediato, que plantaram as sementes da filosofia. Mas os que agiam sem parar impulsionados pela vocação comercial, como ocorreu nos entrepostos gregos do Mar Jônico e do sul da Itália.

Pitágoras observou, segundo Nascimento (1991, 02), que, em sua época, havia três classes de homens, os que querem brilhar, os que estão empenhados, vendendo e comprando, em obter lucro financeiro e, finalmente, aqueles que “não procuram aplausos nem lucro (quinecplausumnequaerent)”, tal o seu amor ao saber. Não observou o grande filósofo que já havia, em sua época, homens que reuniam em si mesmos as características por ele elencadas. Uma visão menos quimérica da realidade helênica naqueles idos, nos faz identificar, sem grande esforço, um filósofo que, em torno de 600 aC, reuniu a condição de “amigo da sabedoria” e de comerciante. E não é nada mais nada menos do que Tales de Mileto que, segundo Aristóteles, foi o primeiro filósofo (Marcondes, 2000, p. 19). Contam dele que, tendo caído num buraco enquanto observava as estrelas, teria sido retirado por uma escrava. E ela ponderou com um tom de ironia: “como podes pretender observar as coisas do céu, se não consegues ver as coisas que estão diante dos teus pés”? Não atinou a escrava que ele, usando os seus conhecimentos de filósofo da natureza, conseguiu prever uma grande colheita de olivas e, com isso, ganhar bastante dinheiro alugando muitos lagares de azeite. Quem sabe se não foi a experiência de comerciante de Tales de Mileto que levou a Escola Jônica a estabelecer o caráter crítico como uma das noções fundamentais da filosofia? Ele chegava a exortar os seus discípulos para que dele discordassem. Marcondes (op. cit., p. 27) registra que “os dois principais seguidores de Tales, Anaxímenes e Anaximandro, não aceitaram a ideia do mestre de que a água seria o elemento primordial”. Impõe-se deixar claro que, como se jogassem tênis de mesa, essa nova mentalidade foi dos comerciantes aos filósofos, que davam os primeiros passos na senda do saber especulativo. E dos filósofos voltou num átimo aos comerciantes. Daí o momento histórico em que os comerciantes passaram mais ainda a se expressar sem medo, em defesa de seus pontos de vista e de seus interesses. E foi por terem aprendido a fórmula do diálogo aberto entre eles mesmos e com outros povos, nas transações comerciais, que os gregos das colônias conseguiram minimizar o papel dos mitos, para depois proclamarem o triunfo da razão.

O DESENCADEAMENTO DO PROCESSO FILOSÓFICO

Indubitavelmente, o aprendizado do respeito mútuo resultante do contato direto realizado nas pequenas dimensões das cidades em formação e enriquecido pelo estreito relacionamento com outros povos e outras culturas, nos entrepostos comerciais, pode ser encarado como o primeiro momento da isegoria desencadear o processo filosófico. Isso ocorreu naturalmente. É que, certamente influenciados por Pitágoras, pois não se achavam sábios, mas simplesmente amigos da sabedoria, muitos gregos das colônias de fato filosofavam ao defender os seus interesses. O comerciante afeito ao diálogo inteligente e respeitoso das transações comerciais torna-se político. É lícito, pois, presumir que a filosofia, antes de se preocupar com a ética, com a estética, com a lógica e com a metafísica, interessou-se pela política. Disso resulta uma estupenda reviravolta. No reduto já da cidade-estado em construção, não há mais um lugar soberano para o mito, para o dogma, para a maldição e para a opinião decorrente da imposição. Marcondes (ib., p. 21/22) nos dá sinteticamente uma valiosa informação sobre o assunto:

“A partir da invasão da Grécia pelas tribos dóricas vindas provavelmente da Ásia Central em torno de 900 a 750 a C., começam a surgir ascidades-Estado, nas quais haverá uma participação política mais ativa dos cidadãos e uma secularização da sociedade. A religião vai tendo o seu papel reduzido, paralelamente, ao surgimento de uma nova ordem econômica baseada agora em atividades comerciais e mercantis”.

As informações de Marcondes, professor titular do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, nos levam a concluir que, se há participação política dos cidadãos, a isegoria já está presente e coberta de louros, por ter criado a oportunidade do exercício da democracia. O heroico exemplo de Zenão de Eleia, entregando a sua vida em defesa dos seus mais caros ideais, revela que a mentalidade cidadã já movia os filósofos pré-socráticos com rasgos de comovente coragem e de espantosa capacidade de resistir aos sofrimentos, tudo colimando alcançar para as cidades-estados uma forma de governo preocupada com o bem comum. Tal preocupação é movida por um ciclo histórico cultural em que grupos sociais, comunidades e sociedades que preenchem a esfera cidadina, em face da intensa aproximação entre os seus componentes, divisaram a dignidade do ser humano. Esta ebulição humanística vai, porém, só atingir a sua plenitude com a explosão socrática. É evidente que os filósofos pré-socráticos estavam mais presos às terríveis inquietações, dentre elas, o manto negro do mistério, no plano sobrenatural, que sempre abismou o homem. A arqué para o pré-socrático Anaximandro, isto é, o apeiron (o ilimitado ou o indeterminado, que é uma explicação mais abstrata do real) a suscitar sérias discussões sobre algo assaz problemático, nos dá uma pista sobre o assunto. Mas neste mar encapelado e extremamente sacudido pelo fragor das ondas do medo, da irresistível procura do saber e da incontrolável ânsia de liberdade a se entrechocarem, os seres humanos descobrem a sua importância como homens e passam a não querer se situar mais como componentes de um dócil rebanho. Tal chama humanística, embora vinda de longe, ganha – repita-se – proporções ciclópicas no período clássico. Os seres humanos constataram que são capazes de pensar o mundo, a

sociedade e próprio homem. Ganham a inabalável consciência de “sua dignidade pensante”, para se usar a expressão de Reale (2009, p. 06). E porque são capazes de pensar e porque têm a consciência de sua grandeza por tal capacidade, sentem-se à vontade para elaborar critérios para o emprego da palavra persuasiva, nas reuniões em que se procuram soluções de problemas que a todos afetam. E assim vão enriquecendo, no dia a dia, a isegoria e nela se ancoram filosoficamente. Sentem-se aptos, pois, para tentar resolver os problemas existenciais, segundo critérios traçados pela sabedoria. A sabedoria os leva a entender que o ser humano não é apenas indivíduo, um número na multidão, mas é mais que tudo uma pessoa, um universo de natureza espiritual a merecer respeito. O respeito ao ser humano desencadeia a empatia, jardim onde desabrocha a flor da piedade pelos que sofrem. É lamentável, porém, que esse respeito ao ser humano pelos gregos não ia além da esfera dos cidadãos, relegando-se cruelmente os escravos.

O SOFRIMENTO DESPERTANDO O BELO

É fundamental a consciência de que o período clássico foi o coroamento de algo que já se desenhava fortemente em antanho. Os primórdios da história grega nos dão, sem dúvida, uma visão bem nítida do emprego da palavra transformadora, porque livre, a desencadear a arrancada evolutiva. Verifica-se até que a isegoria já ganhava espaço além dos limites das assembleias restritas, mesmo em épocas remotas da civilização helênica. E com um forte sentido de solidariedade humana expressa literariamente. Como não se surpreender com o registro poético das injustiças e das tensões decorrentes do antagonismo das classes sociais acontecerem séculos antes de Sócrates e de Platão? Como não se espantar com a sua repercussão na ágora e com o natural desencadeamento de espontâneas trocas de opiniões? Como poeta Hesíodo, temos a primeira expressão literária de tensão social e de antagonismo de classe. Porém este antagonismo não diz respeito à relação dos escravos com os seus senhores, pois só os senhores fruía, na verdade, o direito de cidadania. Mesmo assim, era impossível ganhar corpo até um simples vislumbre para solução do problema envolvendo desníveis de possibilidades, no plano comercial e econômico, concernente às relações entre fortes e fracos, ainda que se tratasse de uma tensão na esfera dos dominadores, isto é, dos cidadãos. Afinal, os burgueses bem sucedidos eram os que teciam a rede que envolvia o relacionamento entre os cidadãos. Assinale-se que entre os cidadãos havia ricos e pobres, bem como exploradores e explorados, como assinala Arnold Hauser, em sua admirável História Social da Literatura e da Arte (1982, p. 102).

Não se pode negar que Hesíodo, que viveu em torno de 800 anos antes de Cristo, era homem do seu tempo. A sua aguda sensibilidade de poeta lhe abriu frestas para alcançar a esfera da compaixão, enxergando a realidade do mundo dos sofrendores, embora, como homem do seu tempo, neste mundo só divisasse os cidadãos. Os seus textos poéticos, se excluirmos a “Teogonia”, obra fundamental para se conhecer os mitos gregos, revelam a sua grande sensibilidade. Talvez elaborados após a composição dos poemas homéricos, a sua maior preocupação é a defesa dos mais fracos entre os cidadãos. Daí não se encontrar no seu estro a extrema violência que se divisa, nos tempos heroicos, como, por exemplo, na Odisseia. E, sobretudo, na Ilíada, onde estão relatadas como algo natural carnificinas levadas aos mais altos pata-

mares. Basta lembrar o relato de Homero ao nos dar conta da fúria de Neoptólemo que, encharcado de sangue de suas vítimas, no impiedoso massacre que os gregos infligiram aos troianos, não poupou nem mesmo uma criança, Astianax, o desvalido filho de Heitor.

Seria bom notar que os autores dos poemas heroicos não dialogam conosco, simplesmente monologam lá pelos páramos siderais, embora esses monólogos cheguem até nós como um feérico e arrebatadortremeluzir de pirilampos a iluminar mais ainda o céu estrelado. Melhor dizendo: na *Ilíada* e na *Odisseia*, Homero brilha e troveja como se fosse um deus da estatura dos deuses do Olimpo. E a sua voz tonitruante, ao nos alcançar envolta pelo piscar das estrelas e dos pirilampos, nos desperta para o mundo encantado da beleza. Já Hesíodo, homem de carne e osso, entende os homens de carne e osso, daí o pedagógico diálogo que realiza conosco, por exemplo, em “Os trabalhos e os dias”, encantadora obra poética lida até hoje deleitosamente. Nos poemas de Hesíodo, encontramos o fulcro recôndito da isegoria, isto é, o respeito ao Outro, o olhar para o Outro como nele nos víssemos, o sentir como o Outro os seus sofrimentos, porque também estamos sujeitos a tais dores, daí mais do que ouvir, escutar. Escutar os seus argumentos, ainda que para refutá-los com veemência, mas num tom de profundo respeito, no exercício fecundo da liberdade de defender ardorosamente o que se pensa e sonha, de emitir sem medo os sentimentos. Ah! Ah bendita e sagrada liberdade! Ah! A liberdade até de sonhar alto na construção da utopia!

É fundamental ponderar que o sofrimento dos cidadãos, quando aviltados pelos tiranos ou quando atingidos por julgadores iníquos, foi outro poderoso fermento da isegoria e uma das razões de sua ampliação no campo literário. Era comum o estro poético pinçar o pranto das assembleias sufocadas e das lágrimas das terríveis injustiças dos pretórios para levá-las à agora. A ágora dos camponeses, que vendiam os seus produtos. A ágora, onde os peixeiros e padeiros tinham os seus tabuleiros. A ágora, onde banqueiros e cambistas colocavam as mesas e bancos para as suas transações. Ágora, retrato sem retoques do espaço público. Ágora, lugar por excelência, para encontros e conversas descompromissadas, mas, sobretudo, local da explosão da cidadania em rasgos libertários! A ágora, local fecundo de assembleias que extrapolavam acanhados limites espaciais. Foi lá que os cidadãos tomaram conhecimento, pelos relatos resultantes da interação cotidiana, das lágrimas vertidas nas grandes tragédias. E misturou-as com suas próprias lágrimas derramadas, em pequenos incidentes ocorridos em ambientes domésticos. Disso decorrendo as cores do arco-íris. As cores chamativas para a organização de um corajoso e lúcido relacionamento cidadão que dará lugar, adiante, às assembleias decisórias, que seguiam as regras da isegoria, embora delas estivessem afastados os escravos, os estrangeiros e as mulheres. Mas mesmo assim, esboçava-se a Democracia, ainda que excludente. Ao invés do copioso choro, irrompe a palavra corajosa, sincera e persuasiva usada na defesa do interesse comum, na órbita dos cidadãos. Verifica-se até em tais debates reflexos de problemas domésticos, como se a esfera privada penetrasse no espaço público, daí a indivisão, nas cidades-estados, entre o público e o privado.

Ressalte-se que o sofrimento, as tragédias humanas são assuntos recorrentes nas manifestações artísticas. E ninguém melhor para enfocá-los do que aquele que sofreu para tratar artisticamente do sofri-

mento. É bem elucidativo o fato de que Hesíodo foi atingido por um duro baque em sua vida, em decorrência de um julgamento injusto, que negou os seus direitos hereditários, como nos informa Harvey (1987, p. 371). A sensibilidade poética de Hesíodo reflete, assim, o sofrimento decorrente das derrotas que a vida muitas vezes nos impõe como injustificável castigo. Sem dúvida, as marcas indelévels do infortúnio engendram o aguçamento espiritual com que corações sem rancor burilam muitas pérolas da arte poética. Esse aguçamento espiritual, que nos faz respeitosos e inclinados ao consenso, é um dos ingredientes também do caldo de cultura responsável pela isegoria. Por sentir na própria carne a tragédia dos fracos e injustiçados, Hesíodo desceu do seu pedestal, livrando-se da roupagem de poeta consagrado para com seu estro vestir a túnica desbotada dos paladinos das causas dos fracos. E assim vestido, dialoga com seus receptores pela via poética, em assembleias tão amplas e cativantes, que podem até não carecerem de sua presença física.

Nada mais oportuno meditar sobre o que Arnold Hauser falou sobre Hesíodo:

“É certo que preconiza a conciliação, tem em vista acalmar e consolar – o tempo de luta de classes vem ainda longe – mas, mesmo assim, é a primeira voz que se ergue pela justiça social e contra a arbitrariedade e a violência. Resumindo: pela primeira vez um poeta assume uma posição política e educacional em substituição à que até aí a religião e uma sociedade cortesã lhe havia destinado, dispondo-se a ser mestre, filósofo e campeão de uma classe oprimida” (op. cit. 102/103).

Com tais observações, Arnold Hauser demonstrou que Hesíodo plantou com seu estro, em torno de 2.900 anos atrás, uma semente de mostardeira que, ao vingar, tornou-se o tempero ao longo dos séculos do alimento literário de refinado sabor, prato preferido pelos que anseiam por um mundo mais justo e solidário. A arte tem, sem dúvida, um poder de fogo de amplo e profundo alcance. A leitura, por exemplo, da verdadeira poesia pode nos levar, como assinalou Mário Quintana, a uma “fuga para a realidade”. Principalmente para a realidade dos “humilhados e ofendidos”. É notório que a “fuga para a realidade” decorre da expressividade e profundidade do convite. Enfim, na medida da verdade que arrebatava e do perfume que trescala no convite. Tudo independente de qualquer campo artístico que se cultive. Esta é a opinião abalizada de Gabriel Perissé (2004, p. 77):

“Quando nos entregamos ao poder configurador de uma sinfonia (ouvindo-a ou participando de sua execução); quando nos entregamos ao poder configurador de uma peça teatral (assistindo-a ou atuando no palco); quando nos entregamos ao poder configurador de um texto literário (lendo-o ou escrevendo-o), sentimo-nos dominados e, ao mesmo tempo, livres; sentimo-nos atingidos pungentemente pela grandeza, pela beleza, pela inteligência, pela sutileza e, ao mesmo tempo, preenchidos, valoriza-

dos, porque algo que há de melhor em nós vem à tona e nos faz transbordar de alegria, gozo e entusiasmo”.

Este transbordamento de alma aberto pela arte, sobretudo o de irrimável entusiasmo, tem, ao longo dos tempos, pintado telas de carne dilacerada, nervos expostos e sangue, no panteão que abriga a história devida de muitos heróis revolucionários. Mas é evidente que os heróis rareiam. Porém há homens comuns que sem grandes arroubos, fazem modestamente a sua parte, em rápidas “fugas para a realidade”, que lhes deixam a sensação do dever cumprido. Enfim, exerceram a sua função de cidadão na medida de suas forças. E tal empenho pode se tornar uma peça fundamental no conjunto de forças que se opõem aos sistemas políticos que sufocam a liberdade.

ARTE E ISEGORIA

O pendor artístico sempre iluminou as assembleias sem fronteiras ao longo dos séculos. E essas assembleias vêm sendo tocadas pela arte de tal forma que muitas vezes chega a fazer com que mudemos a visão de mundo. Daí um toque literário, nos debates realizados segundo o comando das regras da isegoria, ser altamente saudável. É que, na verdade, as manifestações artísticas estimulam a sensibilidade, levando-nos a uma racionalidade fecunda. O respeitável pensador do direito Manuel Atienza deixa isto bem claro ao ponderar:

“(...) creio que as emoções, as paixões, no bom sentido, têm um papel fundamental na racionalidade. Creio que as emoções contribuem com a razão, de maneira destacada, e me parece que essa é uma das razões que justificam, por exemplo, o desenvolvimento do estudo sobre o Direito e literatura ou sobre Direito e cinema” (Cruz, 2007, p. 236).

Manuel Atienza chega a ser mais claro ainda quando o professor César Luiz de Pasold o inquire, se o contrário da razão é a emoção ou a irrazão, pois respondeu: “(...) a resposta a sua pergunta é que estou a favor de uma racionalidade emocional, de uma racionalidade cálida, não fria”, como se constata na mesma página acima citada.

Quem sabe se, no século XIX, não foi o fremente poder configurador do romance “Os miseráveis” de Victor Hugo, a despertar a “racionalidade cálida” que irrompe no coração das pessoas sensíveis, que levou François Géný, embora tenha nascido 23 anos depois do romancista renomado, posicionar-se radicalmente contra a Escola da Exegese? Essa radicalização, registrada por Billier e Maryioli (op. cit. p. 268) revela que Géný, estrela de primeira grandeza da Escola do Direito Livre, trouxe para a maturidade, em face das leituras realizadas, na juventude, a indignação com as injustiças cometidas pelos juízes franceses presos às normas impostas pela vontade soberana do Estado, como se fosse a vontade dos cidadãos. Indignação cravada em sua alma pelo afiado bisturi ficcional de Victor Hugo a expor a inumana punição perpetrada contra Jean Valjean. O irresistível envolvimento desencadeado pelo bom texto literário de que

nos fala Perissé iluminou Gény para que ele tomasse a atitude radical contra a Escola da Exegese. E o mais comovente – repita-se – é que Gény pertencia à Escola do Direito Livre, daí ser considerado como, no fundo, um positivista moderado.

O poder da literatura é tão forte que dois homens (Gény, cultor do direito a buscar com os pés no chão um viés científico na sociologia para iluminar a Filosofia do Direito, e Hugo, poeta, teatrólogo, romancista e, sobretudo, enamorado da beleza, sem dúvida, um sonhador) são levados pela arte da palavra a se encontrarem e a enfocarem o olhar para a tragédia humana agravada pelas injustiças dos tribunais. Não seria sem propósito frisar que ambos estavam ligados pelo fato de serem franceses e terem constatado que os ideais humanísticos da Revolução Francesa, grotescamente deformados, voltaram-se contra o próprio homem. Não há como negar também que Hugo e Gény tinham em comum a sensibilidade de se indignarem com o horror de as injustiças ganharem proporções inauditas com a aplicação da lei ao pé da letra. Está bem claro também que esta interação só foi possível porque o receptor tinha a sensibilidade devida para alcançar a mensagem do emissor.

COMO O EMBATE DOS PENSADORES DO DIREITO SACUDIU O ESPAÇO PÚBLICO

O homem comum, embora das camadas sociais mais favorecidas do século XIX, não infenso à leitura e não alienado, como ocorre com muito figurão pós-moderno, certamente acompanhou e se envolveu nos acirrados debates, em torno de discussões, ainda que complexas, em que se opunham na esfera pública a irradiar intensamente a visibilidade do direito, os juristas da Escola da Exegese, da Escola do Direito Livre e da Escola Historicista Alemã. Tudo como se estivesse ocorrendo uma grande assembleia a se desenvolver em espaços ilimitados, segundo um conagraçamento em que todos gozavam do direito à palavra para estabelecer a abrangente opinião pública. Vivia-se em outro mundo, daí ser lícito conjecturar que tais debates ganharam as ruas, os bulevares e as praças. Em suma: o espaço público. E é bem provável que a Escola Historicista Alemã, em decorrência do individualismo marcado pela estética romântica que a influenciou, vale dizer, pelo Romantismo a exaltar o poder da imaginação e do sentimento, da emoção e da sensibilidade, tenha arrebatado amplos segmentos da sociedade europeia, sobretudo a francesa e a alemã. A emoção, como é fato notório, sempre tocou a corda romântica do coração humano. E este aspecto do Historicismo Camargo (2003, p. 73) deixa bem claro:

“Na verdade, o Historicismo insere-se no movimento de reação cultural contra a filosofia das luzes (...). Não podemos olvidar que também o século XIX experimentou o prestígio do romantismo alemão alimentado nos valores da individualidade e da tradição. Para o romantismo, a imaginação e o sentimento, a emoção e a sensibilidade, vêm substituir a razão como centro de tudo”.

Mas como o olhar humano é ambíguo, a leitura do Historicismo Alemão pode nos levar a uma visão romântica do mundo, como pode despertar paixões inumanas por nacionalistas exacerbados. E neste caso quase sempre redundam em desastres. Impõe-se trazer para ilustrar, os seguintes princípios do Historicismo elencados por Camargo, na mesma página da citação em destaque acima: “O direito se realiza como criação espontânea de cada povo; e como forma de traduzir o indivíduo como parte de uma nação”. Tais princípios foram transformados, por razões inconfessáveis, em palavras de ordem com um acréscimo: o direito é uma criação do “espírito do povo”. Ao lado de outras razões, este apelo à inconsciência teve, como consequência, à insana crença, na superioridade de determinada nação, plasmando o Nazismo. Sem dúvida, por ser o conceito “espírito do povo” algo indeterminado e quase mítico, dele resultou, dentre outros inúmeros motivos, os execráveis sistemas políticos do funesto período nazifascista. Ora, se a ordem jurídica é pura e simplesmente uma criação do espírito do povo, nada de mais seria concentrá-la na pessoa dos ditadores, que sempre se arvoraram como síntese dos anseios da nação a que pertencem. Daí ter como consequência natural a célebre máxima de Werner Best, chefe da divisão jurídica da Gestapo, polícia secreta nazista: “A lei e a vontade do Fuhrer são a mesma coisa”, como se toda a ordem jurídica alemã, naquele período histórico calamitoso, concentrasse na figura de Hitler. Peter Stuchka, preeminente jurista-filósofo da extinta União Soviética, foi também taxativo ao dizer, já que mais fiel ao panslavismo do que ao ideário comunista, que a revolução bolchevique não significava “a vitória das leis socialistas, mas o triunfo do socialismo sobre as leis”. Tais abstrusas ponderações foram lembradas por Graieb (2011, p. 125), em esclarecedor texto jornalístico.

É evidente que a equivocada leitura da Escola Historicista Alemã encontraria acachapantes críticas, se fossem desenvolvidas em assembleias, segundo as regras da isegoria. O mesmo ocorreria, por exemplo, se algum defensor do Capitalismo Internacional se agarrasse hipoteticamente, por razões espúrias, numa leitura restrita e sub-reptícia do pensamento de Habermas relacionado à ideia da experiência humana ser formada “por uma tripla articulação do Poder, do Dinheiro e da Linguagem”, como registrou Billier, Maryioli (op. cit, p. 432). Tudo colimando a implantação no mundo de um único governo para todos os povos, o que levaria as nações do globo a usarem, em decorrência, a mesma moeda e a falarem a mesma língua, a “Novilíngua” – quem sabe? – da assustadora utopia negativista de George Orwell constante do seu livro “1984”.

PERORAÇÃO

Nenhuma opinião não sustentável racionalmente, por ser equivocada, inverossímil ou injusta, resiste ao fervor das assembleias conduzidas pela chama libertária dasegoria. Daí, só os arremedos de isegoria são permitidos em sistemas políticos ditatoriais. É que ela é, obviamente, incompatível com tais sistemas, que vedam, sobretudo, a boca dos intelectuais e dos artistas com vocação libertária. E empenhados na busca da Justiça. A fuga em massa dos seus países de artistas, escritores e filósofos italianos, alemães e russos por ocasião do Fascismo, do Nazismo e do Comunismo é altamente elucidativa. Assinale-se, porém, que foram compelidos a fugir porque deixaram a Hidra de Lerna crescer em seus países, não a

sufocando no nascedouro. Qualquer restrição à isegoria, nas decisões de caráter público, por menor que seja, é preocupante. Pode ser entendida como prenúncio de grandes tempestades. Temos, pois, que atentos e procurando enxergar longe, antecipar o que se deve fazer para impedir a instalação de governos de exceção. Enfim, vencer o comodismo e o medo para nos lançar no bom combate, logo que apareçam os primeiros vestígios da debacle que se avizinha. Desanuviar o céu antes de irromper a tempestade, para não sermos compelidos a nos abrigar da chuva torrencial e letal no aprisco, no redil dos ridículos homens-carneiros domesticados. Ou para não sermos atingidos pelos seus raios, como ocorreu com Zenão de Eleia. De nossa lúcida antecipação, sempre dependerá a imagem do espaço público a se construir cotidianamente. Coberta de flores pelo relacionamento respeitoso e inteligente, ou envolta de espinhos da vergonhosa submissão a que fomos levados, quando não manchada de sangue, cadáveres e fezes pelo entredorvar a que se atêm os arrastados pelo lado insano do homem.

Inegavelmente, a isegoria, importante conquista dos gregos, na Idade Antiga, permanece fundamental em nosso tempo, mormente para os operadores do Direito. Chega a ser um truísmo afirmar que a isegoria é um componente vital do exercício da liberdade para a correta reflexão das questões jurídicas. Isto porque as discussões, nos pretórios, pressupõem a apresentação de justificativas e de argumentos, que resistam a lúcidas análises, abrindo-se aos mais amplos questionamentos e tantas outras medidas elucidativas que, obviamente, irritam os que se empenham em cercear a liberdade. Enfim, se todos têm o dever indeclinável como cidadãos de defender ardorosamente os princípios democráticos, mais ainda este dever se impõe aos que labutam na área do Direito. A possibilidade aberta a todos os membros da sociedade para o exercício corajoso da cidadania deve merecer a atenção redobrada dos operadores do Direito. Antes que seja tarde de mais, devem enfrentar as primeiras ondas da violência e do obscurantismo a renunciarem os vagalhões do oceano revolto sacudido pelos maremotos liberticidas. Devem ser capazes de mergulhar com o escafandro da inteligência e da coragem, reeditando aqueles mergulhadores do Pacífico de que nos falou o “relator histórico da Constituição de 1988”, o eminente doutor Bernardo Cabral (2011, p. 31), ao assinalar “que conseguem retirar de uma concha áspera e dura a beleza de uma pérola”. No caso específico dos condutores da vida forense, cujos templos estão mergulhados no oceano em convulsão do espaço público, pode-se dizer que não poderão vacilar no empenho de buscar e resguardar a valiosíssima pérola do direito à palavra, que os inimigos da liberdade sempre tentaram afogá-la no mais profundo dos pélagos profundos. E mais que tudo: compete-lhes impedir que essas catedrais construídas, tanto hoje quanto em priscas eras, por aqueles que se devotam e se devotaram ao culto da Justiça, sejam destruídas pelos iconoclastas de todos os matizes.

BIBLIOGRAFIA

BAILLY, Anatole. *Dictionnaire Grec Française*. Paris. Librairie Hachette, 1901.

BILLIER, Jean-Cassien. MARYIOLI, Aglaé. *História da Filosofia do Direito*. Tradução de Maurício de Andrade. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2005.

BITTAR, Eduardo C.B. SOARES, Fabiana de Menezes. *Temas de Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2004.

CABRAL, Bernardo. *110 Pensamentos*. Rio de Janeiro: Sinergia, 2001.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. *Hermenêutica e Argumentação*. São Paulo: Renovar, 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Roteiro de Lógica Jurídica*. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

CRUZ, Paulo Márcio. ROESLER, Cláudia Rosane. *Direito & Argumentação no Pensamento de Manuel Atienza*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ltda, 2007.

DURANT, Will. *Historia da Filosofia Ocidental*. Tradução de Godofredo Rangel e Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica*. Tradutor: Mário de da Gama Kuri. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. Tradução de Walter H. Geenen. São Paulo: Editora MestreJou, 1982.

MANHÃES, Ralph Machado. *Poder e Cultura: o poder como instrumento crítico da cultura em Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1998.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. *Lógica Aplicada à Advocacia (Técnica e Persuasão)*. São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

PERISSÉ, Gabriel. *Filosofia, Ética e Literatura*. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2004.

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

HEMEROGRAFIA

GRAIEB, Carlos. *Juízes Contra o Estado de Direito*. São Paulo: Veja, Edição 2246, Nº 49, 2011.

RUBINGER, Marcos Magalhães. *Cultura e Sociedade – Grupos Sociais e Instituições*. Belo Horizonte: Revista Interamericana de Relações Públicas, 1963.

